

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2017/026659
RECORRENTE: RDB INSP TEC EQUIP INDUSTRIAIS ME
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DA BAHIA- SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R000220878

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACORDÃO JARI Nº

EMENTA: Inobservância da recorrente quanto ao que determina o art. 4º, Incisos I e II da Resolução 299/08 CONTRAN. Recurso Intempestivo e Parte Ilegítima. Recurso não conhecido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto com fundamento no Art. 13, da Resolução 404/2012 do CONTRAN, em oposição à lavratura de auto de infração de número R000220878. Ocorre que o Recorrente não observou o quanto determinado pelo art. 4º, I e II da Resolução 299/08 - do CONTRAN.

É o relatório.

Voto

Da análise das razões do recurso, percebe-se que o Recorrente NÃO superou TODAS as questões de admissibilidade do recurso, especificamente no que pertine ao quanto exigido pelos incisos I e II da Resolução 299/08 do CONTRAN (recurso intempestivo e não comprovada a legitimidade). Vejamos:

Art. 4º A defesa ou recurso não será conhecido quando:

I - for apresentado fora do prazo legal;

II - não for comprovada a legitimidade;

Primeiramente, é inquestionável que o Recorrente apresentou recurso fora do prazo, pois como demonstrado no Relatório de Auto de Infração – Extrato, AR e editais, é possível identificar que a NAI foi postada em menos de 30 (trinta) dias (04/08/2016) e após a tentativa frustrada de entrega da NAI através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS, que devolveu a correspondência ao Órgão Autuador (SEINFRA/SIT) pelo motivo “AUSENTE” após 03 (três) tentativas de entrega sem êxito, a Administração Pública realizou a re-notificação do autuada, emitindo a NAI e a NIP por Edital, por publicação, sendo a NIP datada de 09/03/2017, no Diário Oficial do Estado da Bahia – DOE, com o devido prazo para apresentação de Recurso datado de 13/04/2017, sendo que a Recorrente só manejou o recurso na data de 26/07/2017, pelo que é flagrantemente intempestiva a sua apresentação, diante das informações prestadas acima

Por conseguinte, percebe-se dos autos que quem subscreveu a procuração ao advogado foi o Sr. JOSÉ AUGUSTO RICARDO, não sendo proprietário legal do veículo infrator e nem procurador, visto que o CRLV acostado às razões dá conta de que a proprietária à época era a empresa RDB INSP TEC EQUIP INDUSTRIAIS ME, não sendo acostado também os atos constitutivos da empresa para se aferir eventual condição de procurador do Recorrente. Desta forma, a pessoa que assina as razões só estaria autorizada (legitimada) a apresentar o recurso a esta JARI em apenas duas hipóteses: a) agindo em nome próprio, na condição de condutor devidamente apresentado, ao órgão de trânsito (SEINFRA/SIT), no prazo legal fixado na NAI, fato que não ocorreu, pois ao proceder com a “Consulta Específica de Processo de Auto de Infração de Trânsito do SMT” confirma-se a inexistência da referida medida pela proprietária do veículo à época; b) em nome alheio, na condição de procurador, quando deveria acostar atos constitutivos da empresa ou o instrumento de mandato devidamente subscrito pela proprietária outorgando-lhe poderes específicos de representação, o que também não ocorreu.

Desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de NÃO CONHECER do recurso interposto, pelas razões ora expostas, julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. R000220878, mantendo sua exigibilidade, lavrado contra RDB INSP TEC EQUIP INDUSTRIAIS ME.

Resolução

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **NÃO CONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R000220878**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 03 de dezembro de 2019

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular/ SIT - Relatora

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular/ DETRAN

Maria Fernanda Cunha – Secretária da JARI